

**PLANO DE GOVERNO PARA O ESTADO DO PIAUÍ – ELEIÇÕES 2018**

**CANDIDATO A GOVERNADOR: VALTER ALENCAR**

**PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - 20**

**“PIAUÍ DA VIRADA”**

**UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESTADO DO PIAUÍ**

## **ÍNDICE**

### **1. INTRODUÇÃO – O PIAUÍ DA VIRADA – UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA O PIAUÍ**

### **2. GABINETE DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR**

#### **2.1. RELAÇÕES INSTITUICIONAIS DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**

2.1.1. Relações com a Assembleia Legislativa do Piauí – ALEPI

2.1.2. Relações com o Tribunal de Contas do Estado – TCE

2.1.3. Relações com o Tribunal de Justiça do Piauí – TJPI

2.1.4. Relações com o Governo Federal

2.1.5. Relações com outros Governos Estaduais

2.1.6. Relações com os Governos Municipais do Estado do Piauí

2.1.7. Relações com Governos Internacionais

### **3. REFORMA E ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ**

#### **3.1. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **3.2. SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**

#### **3.3. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

#### **3.4. SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

#### **3.5. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

3.5.1. Combate ao Consumo de Drogas e Tratamento

#### **3.6. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

3.6.1. Polícia Militar do Estado do Piauí

3.6.2. Polícia Civil do Estado do Piauí

3.6.3. Administração Penitenciária

### **3.7. SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA**

#### **3.7.1. Obras**

##### **3.7.1.1. Principais projetos de infraestrutura**

#### **3.7.2. Transportes**

#### **3.7.3. Minas e Energia**

#### **3.7.4. Habitação**

#### **3.7.5. Saneamento Básico**

#### **3.7.6. Informática**

### **3.8. SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

#### **3.8.1. Agência de Fomento**

#### **3.8.2. Procon**

#### **3.8.3. Trabalho**

#### **3.8.4. Indústria e Serviços**

### **3.9. SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

#### **3.9.1. Esporte e Lazer**

### **3.10. SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

### **3.11. SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL**

### **3.12. PGE, DPGE E CGE**

## **4. CONCLUSÃO**

## **1. INTRODUÇÃO – O PIAUÍ DA VIRADA – UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA O PIAUÍ**

A atual gestão do Governo do Estado do Piauí se confunde com um famigerado projeto de poder que já perdura por mais de doze anos. E nesta longa trajetória observamos a crescente sobreposição de objetivos políticos partidários e pessoais em detrimento dos interesses públicos e da sociedade. O atual governo, que aí se apresenta como opção para gerir o Piauí pela “quarta vez”, é a representação do continuísmo de um Estado que não progride, não cria infraestrutura, não gera emprego nem renda, possui uma das maiores taxas de analfabetismo do país e índices crescentes de violência.

Este projeto de poder, que também se perpetuou a nível nacional, deseja submeter a população a uma permanente e indigna dependência da máquina pública e dos favores políticos, num ciclo vicioso de eleger sempre quem está com a “máquina” e o dinheiro para comprar votos.

Além desta ineficiente gestão, o atual governo tem demonstrado uma prática política corrupta e inescrupulosa, desviando recursos de investimentos em infraestrutura e serviços básicos para atendimento de interesses pessoais e eleitoreiros. Este projeto de poder tem levado o Estado do Piauí ao caos financeiro e social, inviabilizando o mínimo de assistência aos seus cidadãos. Temos inúmeros casos de denúncias noticiados amplamente na mídia local e nacional da falta de estrutura mínima em hospitais, escolas, delegacias, penitenciárias, etc... Não há preocupação com o futuro do Estado, nem com sua população, apenas permanecer no poder a qualquer custo.

O PSC, partido dos valores morais e éticos, da família brasileira, da livre economia de mercado, apresenta para a grande mudança no Estado do Piauí, o candidato a governador Valter Alencar e seu programa de governo. Este programa está pautado na estrutura organizacional descrita e comentada a seguir.

## **2. GABINETE DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR**

Os gabinetes do Governador e do Vice-Governador do Estado têm a função de auxiliar administrativamente o exercício da função pública primária da liderança executiva do Piauí. No Governo Valter Alencar, suas atuações serão pautadas nos princípios da moralidade, transparência. Nesse sentido, o empenho do governo será para desburocratizar e descentralizar o funcionamento da máquina administrativa.

Para aproximar o poder público do cidadão, o governador Valter Alencar irá dar maior ênfase ao portal da transparência, bem como criará linha direta de contato pelos meios digitais. Ao conjunto destas ferramentas digitais, dar-se-á o nome de: *“Fale com o Governador”*.

## **2.1. RELACIONES INSTITUCIONAIS DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**

Objetivando maior eficiência e eficácia dos serviços prestados à população, o incremento da produtividade do setor privado e o absoluto atendimento aos direitos fundamentais do cidadão, o governo Valter Alencar irá estreitar as relações institucionais com outros poderes públicos em todas as suas instâncias.

### **2.1.1. Relações com a Assembleia Legislativa do Piauí – ALEPI**

O Governo Valter Alencar terá uma postura de autonomia e independência em sua relação com a ALEPI, utilizando-se sempre de um comportamento ético e republicano. Buscando sempre a cooperação com a casa legislativa estadual, nunca aceitando indicações de deputados, de cunho político, para a ocupação de cargos na esfera governamental. O critério adotado será estritamente técnico, garantindo a independência dos parlamentares opositores ou da base governista, possibilitando que todos eles possam exercer seus mandatos blindados de qualquer sugestão não-republicana por parte deste e de futuros governos ou do poder legislativo.

### **2.1.2. Relações com o Tribunal de Contas do Estado – TCE**

O Governo Valter Alencar respeitará a independência do Tribunal de Contas do Estado, assegurando apoio conjunto nas eventuais investigações de possíveis irregularidades em quaisquer níveis da atividade executiva estadual.

### **2.1.3. Relações com o Tribunal de Justiça do Piauí – TJPI**

O Governo Valter Alencar dará pleno apoio ao Poder Judiciário do Estado do Piauí, através de um relacionamento respeitoso, independente e autônomo, objetivando a eficiência da prestação administrativa do Governo do Estado do Piauí e da prestação judiciária do Tribunal de Justiça em toda a sua estrutura.

Vamos dar máxima ênfase à prestação jurisdicional em áreas como a execução penal, atendimento à mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, pedofilia ou vulnerabilidades. Também dará apoio ao trabalho das varas de infância e idosos.

### **2.1.4. Relações com o Governo Federal**

O Governo do Estado manterá relações institucionais do mais alto nível com o Governo Federal, independentemente do Presidente a ser eleito em 2018.

O Governo Valter Alencar manterá o gabinete de representação em Brasília para defender os interesses do Estado do Piauí, sempre enfatizando a busca por recursos para investimentos e agregação da bancada federal piauiense em prol dos interesses do Estado.

### **2.1.5. Relações com outros Governos Estaduais**

O Governo Valter Alencar se empenhará permanentemente em estabelecer acordos de cooperação com os outros estados da Federação, visando parcerias no combate ao crime organizado, bem como a descentralização administrativa e financeira da União, para dar fim a guerra fiscal entre os estados.

### **2.1.6. Relações com os Governos Municipais do Estado do Piauí**

O Governo Valter Alencar acredita que a proximidade com o cidadão possibilitará celeridade e eficiência às suas ações. Por isso, buscará com afinco a agregação entre as diversas prefeituras e entre as prefeituras e o governo estadual através de convênios e parcerias público privadas em áreas de interesses comuns como: saúde, educação, segurança, entre outros. De forma conjunta, faremos uma gestão dinâmica e engajada para o crescimento geral do Estado.

### **2.1.7. Relações com Governos Internacionais**

O Governo Valter Alencar fomentará relacionamentos produtivos com Governos internacionais, atraindo investimentos e subsídios para o desenvolvimento social e econômico do estado.

## **3. REFORMA E ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ**

A reforma administrativa proposta fundamenta-se na redução imediata da máquina pública, para gerar maior eficiência e eficácia nas ações governamentais. Conjuntamente, seguiremos um plano de metas que obedeça às diretrizes orçamentárias, respeitando a lei de responsabilidade fiscal. Não é possível fazer uma gestão de crescimento continuado sem responsabilidade com os gastos e com as verbas públicas. Gerenciar as necessidades da sociedade através de um endividamento exacerbado é promover falsas esperanças. As contas devem ser planejadas e os gastos coerentes com a realidade.

Para promover o crescimento da economia vamos atrair e viabilizar a vinda de empresas para o Estado, gerando emprego e renda em larga escala. Também estimular e apoiar a pequena e média empresa, com incentivos fiscais e orientações técnicas através dos órgãos de assessoramento para gestão. O seguimento privado deve se expandir para assimilar o capital humano produtivo, que tende a correr para o serviço público muitas vezes por falta de oportunidade e novos desafios. Um Estado rico é aquele que dá autonomia aos seus cidadãos através do conhecimento e do trabalho e produz emprego e riquezas. Cabe ao poder público viabilizar as condições para que isto aconteça.

Vamos colocar o Piauí na rota do crescimento responsável e factível através da educação e do trabalho. Possuímos grandes riquezas naturais e um grande capital intelectual que muitas vezes é desperdiçado por falta de oportunidades de trabalho e crescimento profissional. Inúmeros estudantes, profissionais liberais e empresários estão deixando o Piauí atraídos por uma melhor qualidade de vida e possibilidades atraentes de futuro. Vamos reter nossos talentos e estimular a capacidade produtiva através do fortalecimento da indústria, do comércio, do agronegócio e do turismo.

Vamos elaborar projetos consistentes e viáveis e sobretudo tirá-los do papel e finalizá-los. Para tanto, vamos utilizar as verbas públicas para criar infraestrutura que possibilite o desenvolvimento real da economia. Através de boas ideias, bons projetos, boas práticas políticas e da gestão ética dos recursos públicos, iremos mudar o destino do nosso Estado e servir de exemplo para um novo país que está para acontecer.

Planejaremos a construção e duplicação de estradas e rodovias para interligar o Estado e transportar nossa produção e fomentar o turismo. Apresentaremos um plano de saneamento básico para que as cidades possam se desenvolver com saúde, evitando doenças e inúmeras mazelas decorrentes da falta de esgotamento e água tratada.

Iremos expandir e melhorar os transportes públicos na capital, com a ampliação das linhas de ônibus e metrô para atender a grande extensão de nossa cidade. Abrir processos licitatórios para ampliar fornecedores e garantir melhor qualidade e preço do produto final. Com maior rede e melhor qualidade do transporte público, reduziremos o número de carros e especialmente motos nas ruas, desafogaremos o trânsito, aumentaremos a segurança e minimizaremos o custo para os usuários.

Consideramos que a prevenção é a forma mais eficiente e viável economicamente para resolvermos os problemas de doenças relacionadas as condições precárias de saneamento e habitação. O Ministério das Cidades, através do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), divulgou em dezembro de 2016 que, somente em 2015 a coleta de esgoto chegou a mais da metade da população brasileira (50,3%) e apenas 42,6% dos esgotos gerados no país são tratados (SNIS, 2016).

O Estado do Piauí, quando comparado aos demais Estados da Federação, tem a pior taxa de cobertura da rede básica do país. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), o Piauí apresenta apenas 8,9 % de domicílios ligados à rede de esgotos, enquanto seus vizinhos Ceará e Maranhão possuem 44,9 % e 19,5 % respectivamente. Isto nos leva a decisão de priorizar investimentos em saneamento de forma emergencial.

Propomos também um investimento maciço e coordenado na área da educação como fortalecimento do ensino básico e fundamental. Faremos um estudo para viabilizar um novo conceito da gestão pública do ensino, com políticas inclusivas. Atividades culturais,

esportivas e a capacitação profissional vão retirar das ruas e das condições de risco milhares de jovens, reduzindo os índices de violência e evasão escolar. Somente a educação e o trabalho podem dignificar o cidadão e abrir novos horizontes para um futuro melhor. A cultura será incorporada ao processo educativo e adotará um plano de integração das atividades com as escolas e universidades. Motivaremos as atividades culturais e incentivaremos os talentos locais.

Dentro desse cenário e desse espírito, um dos primeiros atos do Governo Valter Alencar será uma reforma administrativa que reduzirá o número de secretarias para somente 11 e extinguirá as inúmeras coordenadorias criadas na gestão anterior, otimizando assim o funcionamento e os custos da máquina pública.

Este Plano de Governo, inclusive, já está organizado a partir da nova divisão administrativa a ser implantada, concentrando áreas que dialogam e se complementam e criando coerência administrativa para uma governança verdadeiramente eficiente, como segue:

### **3.1. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

A Secretaria de Administração é responsável pela execução da política de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais da administração do Estado.

O governo Valter Alencar tem como metas para esta secretaria:

- (i) implantar novo organograma, com a redução das Secretarias existentes, sem prejuízo na qualidade e prestação de serviços ofertados para população do Estado;
- (ii) estabelecer calendário anual de auditorias em todas as Secretarias para promover a transparência, eficiência, eficácia e a devida utilização das verbas públicas;
- (iii) adequar o quantitativo de servidores de carreira e sua correta lotação, evitando desvio de função e desmotivação dos referidos servidores;
- (iv) promover a qualificação do servidor público e a meritocracia com capacitação continuada e revisão do Plano de Cargos e Salários;
- (v) outras ações que visem a eficiência e a transparência da máquina pública estadual.



### **3.2. SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**

A atual gestão estadual é caracterizada pela péssima administração financeira e por frequentes desvios de verbas públicas. Para reduzir a burocracia, ampliar o controle e consolidar a segurança dos processos, o governo Valter Alencar fará a fusão das Secretarias de Fazenda e Planejamento.

Esta secretaria, como as demais, será gerida de maneira técnica, buscando o incremento da arrecadação através do aumento da atividade econômica e rigor no combate a evasão fiscal.

Será aberto um canal de negociação para regularização de cidadãos e empreendedores inadimplentes junto ao fisco estadual.

Objetivando aumentar a receita e reduzir a despesa pública, adotaremos as seguintes medidas:

- (i) fiel cumprimento da lei de Responsabilidade Fiscal;
- (ii) redução da alíquota da carga tributária, preferencialmente ICMS, pois o nosso estado possui alíquotas das mais elevadas do país;
- (iii) acelerar a liquidação de empresas públicas que já estão nesse processo;
- (iv) privatizar empresas estatais não ligadas às finalidades públicas essenciais;
- (v) garantir à Secretaria poderes para controlar a execução orçamentária do Estado de maneira mais centralizada;
- (vi) gestão do orçamento do Estado por centro de custo, evitando o desperdício;
- (vii) revisão das políticas de preço mínimo de custo nas licitações estaduais, normalmente estipulados muito acima do preço que possivelmente seria obtido em licitações amplas, o que hoje prejudica o erário público;
- (viii) demais ações em busca de uma administração pública eficiente.

### **3.3. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

A Constituição Federal, em seu artigo 212, exige que cada ente estadual invista pelo menos 25% do seu orçamento na educação. Ainda de acordo com a Constituição, os governos estaduais são primariamente responsáveis pelo Ensino Médio, ainda que também estejam aptos a promover o ensino nos demais níveis.

O Piauí possui a terceira pior e maior taxa de analfabetismo do Brasil. Segundo o IBGE são 520.000 analfabetos, o que representa um sexto da população do Estado.

A grande parte das escolas públicas sofrem com a falta de estrutura que atenda as demandas de um ensino de qualidade. A comum ausência de bibliotecas e laboratórios, inclusive de informática, dificultam a aprendizagem e o desenvolvimento do ensino.

A segurança dos estudantes, professores e os trabalhadores em educação é outra preocupação do governo Valter Alencar, considerando o aumento crescente dos índices de criminalidade que influenciam diretamente na evasão escolar.

Também contribui de forma impactante para a evasão a grave situação de ingerência do sistema de transporte escolar, em especial nas localidades da zona rural. Além da corrupção nas contratações, existe a habitual inadimplência que paralisa a prestação do serviço.

O governo Valter Alencar priorizará a educação aliada à formação profissionalizante, ampliando a estrutura de suporte e desenvolvimento para atender este objetivo. Estudos do SENAI mostram que entre os jovens com ensino médio no Brasil, aqueles que possuem formação técnica tem salários até 15% maiores e aumentam em mais de 50% a chance de empregabilidade. Isto já está acontecendo de fato em outros estados da região nordeste, como por exemplo o Ceará, e será implementado no Piauí.

Quanto ao ensino superior, a Universidade Estadual (UESPI) em todos os seus campus, receberão apoio de estrutura e tecnologia para desenvolvimento do conhecimento e da pesquisa. Outro grande problema que será enfrentado trata-se do quantitativo insuficiente do corpo docente. O governo Valter Alencar irá regularizar o quadro docente através de concursos públicos.

Outro ponto a ser abordado com responsabilidade e comprometimento será a cultura, motivo pelo qual a Secretaria de Cultura também será incorporada à Secretaria de Educação, garantindo a desburocratização na realização de seus projetos.

O Governo Valter Alencar tomará as seguintes medidas para aperfeiçoar a área educacional, cultural, científica e tecnológica:

- (i) reforma pedagógica e revisão programática nas escolas estaduais, com foco em disciplinas básicas e tecnológicas;
- (ii) criação de uma rede de escolas profissionalizantes, em parceria com o Sistema S, com ensino integral;

- (iii) criação de um plano meritocrático para a rede estadual de ensino, melhorar progressivamente a remuneração do magistério, implantando modelo de bonificação por desempenho para os professores, visando a melhoria dos resultados de aprendizagem e o estímulo dos profissionais da rede estadual de ensino;
- (iv) implementação de parcerias público-privadas entre as escolas estaduais e empresas dos mais variados ramos, para a oferta de qualificação técnica no ensino médio, oferecendo formação aplicada às necessidades atuais do mercado de trabalho, como foco nas empresas que investirem no projeto;
- (v) qualificação dos professores da rede de ensino para receber estudantes especiais, promovendo a inclusão social;
- (vi) realizar parcerias com o terceiro setor e empresas para o desenvolvimento de projetos educacionais;
- (vii) aperfeiçoar o preparo dos estudantes para o Enem nas escolas estaduais;
- (viii) ampliar o acesso ao Ensino de Jovens e Adultos (EJA), em todos os níveis de ensino da educação básica, e desenvolver ações de alfabetização para jovens e adultos, especialmente nas regiões onde a taxa de analfabetismo é maior no Estado;
- (ix) desenvolver ações que promovam maior envolvimento das famílias com a educação dos filhos e com o trabalho educativo das escolas, melhorando o desempenho geral dos estudantes;
- (x) reestruturar a gestão da UESPI e a concessão de bolsas, de modo a atrair pesquisadores e projetos de excelência e de interesse do Estado;
- (xi) busca pela autossuficiência de aparelhos culturais estaduais através de parcerias público-privadas, patrocínios e concessões;
- (xii) executar outros projetos que visem a melhoria da nossa educação estadual.

### **3.4. SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

A agricultura familiar é um grande pilar da economia do país, sendo responsável por produzir cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Contudo, no Piauí, a maioria dos alimentos comercializados é produzida em outros estados da federação, como o Ceará, Bahia e Pernambuco, resultando em produtos mais caros para os piauienses.

Outro agravante é que ao Estado do Piauí possui uma grande área propícia à agricultura, mas tem sido mal aproveitada ao longo de anos. Entre os motivos, está a infraestrutura precária, que não permite o atendimento da população e o escoamento eficiente dos alimentos, deixando de gerar inúmeros empregos e desenvolvimento econômico sustentável para a região.

O Governo Valter Alencar estabelecerá diretrizes e metas para combater as deficiências existentes e criará uma política consistente ligada à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais, valorizando e incentivando os pequenos e grandes produtores.

Na região Norte, onde está o projeto irrigado de fruticultura Tabuleiros Litorâneos, produtores abandonaram áreas plantadas anteriormente em razão de não haver nenhum incentivo governamental, o que resulta na não utilização de 60 % da área produtiva.

Já na região sul, se destaca o polo de desenvolvimento integrado em Municípios como Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Bom Jesus, Currais e outros, o qual é responsável por safras recordes de grãos a cada ano. Contudo, o setor privado investidor e entusiasta da região é o que mais sofre com a ausência de infraestrutura, como as estradas inacabadas que dificultam o escoamento da produção e o recebimento de insumos a serem utilizados nos projetos agrícolas, além da internet e energia elétrica deficitárias.

O Governo Valter Alencar tem como objetivo resgatar as regiões economicamente deficitárias, possibilitando o desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio em geral, através das seguintes medidas:

- (i) incentivo à agricultura familiar e ao pequeno e médio agricultor, com facilitação ao acesso ao crédito, principalmente através da Agência de Fomento e das instituições bancárias, como BNDES;
- (ii) ampliação das varas federais para agilização da regularização fundiária em todo o estado, em especial na região sul, aonde concentram-se os maiores problemas;
- (iii) criação de condições para dar aos produtores acesso ao uso de biotecnologia e engenharia genética no campo para o aumento da produtividade agrícola piauiense;
- (iv) desburocratização do setor, com estímulo à produção local e distribuição de alimentos no mercado;
- (v) investimento maciço na infraestrutura de escoamento de produção, principalmente através de obras e reformas, seja através do poder público, da

iniciativa privada ou por PPPS, de meios de transporte, aeroportos, rodovias e ferrovias;

- (vi) reduzir a carga tributária sobre produtos, insumos e maquinário no setor e redução de tributos sobre os produtos da cesta básica;
- (vii) demais ações em defesa do pleno desenvolvimento da agricultura familiar, agroindústria, apicultura, piscicultura e outros.

### **3.5. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

Em junho de 2018, a pesquisa Datafolha/CFM revelou que 55% dos brasileiros classificam a saúde pública como péssima ou ruim. No Piauí não é diferente, a saúde pública encontra-se em um estado caótico. Em toda a rede faltam medicamentos, médicos, leitos e até materiais básicos de consumo para o funcionamento dos hospitais. Há uma ausência do Estado como mobilizador/facilitador/fiscalizador das políticas de saúde. A falta de regulação é outro grave problema.

Entre 2014 e 2017, o Conselho Federal de Medicina fiscalizou no país 4.664 Unidades Básicas de Saúde (ambulatorios, centro de saúde, CAPS, postos /Estratégia Saúde da Família e Unidades Básicas de Saúde) sendo destas, 112 no Estado do Piauí. Esta fiscalização identificou a falta de itens básicos de estrutura física; de atendimento de enfermagem; de farmácia; de higiene; equipamentos; materiais de limpeza e medicamentos.

O governo Valter Alencar irá priorizar os investimentos em saneamento básico e obras estruturantes que propiciem à população uma condição de vida mais segura e saudável. Para melhoria do atual quadro da saúde no Estado, o Governo Valter Alencar propõe as seguintes medidas:

- (i) cumprimento do dispositivo constitucional que obriga o Estado a aplicar 12% do orçamento em saúde;
- (ii) estruturação básica de hospitais existentes e a construção de novas unidades, inclusive nas cidades do interior, para descentralizar os atendimentos de baixa e média complexidade, desafogando os hospitais de urgência da capital;
- (iii) reforma dos hospitais de referência, com recurso próprio ou através de Parcerias Público-Privadas;
- (iv) estruturação digna para o atendimento de toda a rede de atenção materno-infantil, garantindo um parto humanizado desde a concepção até o nascimento. Para tanto priorizaremos a construção da nova maternidade do Estado;

- (v) fortalecimento da capacitação e valorização dos profissionais de saúde do Estado, de forma a garantir um atendimento de qualidade, eficiência e focado no cuidado ao cidadão;
- (vi) reorganização do sistema de regulação, garantindo o acompanhamento e cumprimento das cotas de consultas e exames bem como racionalizando o uso de leitos de alta complexibilidade;
- (vii) estabelecimento de convênios com os municípios para a construção de Clínicas da Família ou contratação na rede privada por meio de Parcerias Público Privadas, que permitam a ampliação da cobertura do atendimento;
- (viii) trabalho em conjunto com as demais secretarias para garantir uma atuação ampla e multidisciplinar no tema da saúde, visando assim melhorar urgentemente os indicadores de saúde do Estado;
- (ix) estabelecimento de mecanismos de auditoria na gestão dos recursos de saúde, impedindo novas fraudes e desvios dos recursos públicos;
- (x) parcerias com fundações e hospitais privados, militares e universitários para aumento do número de vagas para a rede pública e redução do tempo de espera das cirurgias eletivas;
- (xi) outras medidas que deem ao cidadão piauiense a garantia de um sistema de saúde digno e de qualidade.

### **3.5.1. Combate ao Consumo de Drogas e Tratamento**

O problema das drogas tem se agravado muito no Estado, inclusive com a interiorização do tráfico. Alguns municípios estão na rota dos traficantes, até pela ausência do aparelhamento público de segurança, o que é determinante para o aumento do número de dependentes químicos.

A assistência aos dependentes químicos é uma das prioridades do Governo Valter Alencar, por isso através de convênios com o Governo Federal fará investimentos em clínicas de recuperação, de forma especial em parceria com instituições religiosas que já possuem a experiência nessa área.

### **3.6. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

A violência no país está em níveis alarmantes. No Piauí a situação também é muito preocupante, a começar pelo efetivo da Polícia Militar, que atualmente é de pouco mais de 5.500 homens, boa parte em fase de aposentadoria, quando a lei prevê um efetivo de

10.000. Quanto à Polícia Civil, o efetivo atual é de pouco mais de 1.600 homens, quando deveria ter 3.700.

Além do baixo efetivo, a estrutura geral de trabalho é deficitária. Não há armamento suficiente, os poucos veículos não possuem manutenção adequada e muitas vezes não operam por falta de combustível. As delegacias, por sua vez, não possuem condições mínimas de funcionamento: computadores quebrados, falta de pessoal administrativo operacional e até material para registrar um boletim de ocorrência. Esta situação é inaceitável diante da vulnerabilidade da população ao crime, seja nas cidades ou na zona rural.

Para combater a escala da violência no Estado, o Governo Valter Alencar irá tomar as seguintes medidas:

- (i) planejamentos estratégico e institucional para a área de segurança pública, abordando todas as demandas necessárias para o enfrentamento da criminalidade;
- (ii) reestruturação do trabalho das polícias e delegacias para possibilitar as ações;
- (iii) reavaliação, ampliação e qualificação do quadro de pessoal que atua na segurança pública;
- (iv) valorização das carreiras de policiais, peritos e agentes do sistema penitenciário;
- (v) reestruturação e definição de metas para atuação efetiva do núcleo de inteligência, informação e integração entre as polícias;
- (vi) ações de combate ao tráfico de drogas, que se alastra pelo interior do Estado;
- (vii) reforço estrutural para redução da alta taxa de feminicídio e crimes ligados à homofobia, principalmente aumentando o número de delegacias especializadas;
- (viii) redução do número de homicídios e assaltos no Estado.

### **3.6.1. Polícia Militar do Estado do Piauí**

Para melhorias nas ações PMPI, o Governo Valter Alencar trará as seguintes medidas:

- (i) investimento significativo para acabar com a precariedade estrutural da organização;

- (ii) trabalho conjunto de cooperação entre PMPI, PCPI, PRF e Polícia Federal para impedir a entrada de drogas e armas ilegais no Estado, principalmente fiscalizando as fronteiras com infraestrutura adequada;
- (iii) revisão da estrutura de cargos para dar maior agilidade e aplicando a meritocracia nas promoções;
- (iv) criação de convênio entre as unidades de treinamento da PMPI e as prefeituras municipais que quiserem armar a Guarda Municipal em suas respectivas localidades, de forma a garantir segurança na ação dos agentes junto à população civil, aumentando o contingente armado do policiamento ostensivo do Estado;
- (v) outras ações que possam garantir à PMPI reais condições para fazer seu trabalho de policiamento ostensivo com segurança e apoio do seu Governo e da sociedade civil.

### **3.6.2. Polícia Civil do Estado do Piauí**

Toda a polícia será aparelhada com o que há de mais moderno em tecnologia de investigação para tornar o processo investigativo muito mais eficiente, inclusive com uma “Central de Inteligência” dentro da Polícia Civil, em parceria direta com a ABIN e outros serviços brasileiros de inteligência.

Revitalização de todas as delegacias do estado, oferecendo a estas toda a estrutura necessária para o atendimento das necessidades emergenciais de segurança pela população;

### **3.6.3. Administração Penitenciária**

Dentro do processo evolutivo, ampliaremos o uso da inteligência no combate ao crime, a administração penitenciária passará a ser feita diretamente pela Secretaria de Segurança com apoio das Polícias Civil e Militar, de forma a coletar as informações que circulam nesses ambientes.

Ampliaremos as instalações da rede carcerária, através de Parcerias Público-Privadas, como forma de melhorar a qualidade do serviço penitenciário, trazendo maior dignidade ao preso, reduzindo custos e facilitando a obtenção de informações pela inteligência.

Implantaremos projetos de educação profissionalizante junto ao sistema penitenciário para obtermos uma ressocialização do efetivo carcerário, inclusive na área de construção civil, possibilitando que os próprios presos aprendam a reformar as instalações dos presídios.



### **3.7. SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA**

O Governo Valter Alencar organizará a infraestrutura do Estado do Piauí a partir de uma visão macro, dentro de uma única pasta, a Secretaria Estadual de Infraestrutura, que agregará, entre outras funções, a responsabilidade de promover as obras necessárias, em conjunto com a organização viária e a estruturação energética.

#### **3.7.1. Obras**

O Governo Valter Alencar priorizará obras fundamentais que assegurem o desenvolvimento do Estado, vetando obras de interesses políticos e eleitoreiros, que quase sempre são superfaturadas e não concluídas.

Nosso foco principal será a realização de obras estruturantes que gerem forte impacto na economia e que viabilizem o desenvolvimento do estado, priorizando o saneamento básico e a construção de estradas.

Para as grandes obras e projetos, nosso Governo terá como política fundamental o uso de Parcerias Público-Privadas e também o apoio institucional para desburocratizar a concessão de licenças para empreendimentos de infraestrutura.

##### **3.7.1.1. Principais projetos de infraestrutura**

Em virtude da política de responsabilidade fiscal, bem como objetivando eliminar o desperdício de investimentos já realizados, a prioridade de grandes projetos de infraestrutura iniciará com a finalização dos projetos que já estão em andamento ou que foram finalizados com falhas fundamentais.

Para melhorar a infraestrutura do Estado, o Governo Valter Alencar colocará em prática as seguintes ações:

- (i) desenvolvimento de projetos de energia renováveis para gerar energia de qualidade;
- (ii) melhoria da comunicação com um cinturão digital nas regiões produtivas;
- (iii) a conclusão das estradas e duplicação das rodovias importantes para o escoamento da produção, como a Transcerrado, o que vai possibilitar também o transporte dos insumos básicos para o desenvolvimento dos projetos agrícolas;

- (iv) conclusão do Anel Viário;
- (v) construção de pontes sobre o rio Parnaíba nas regiões turísticas e áreas produtivas, como o Cerrado Piauiense, evitando o isolamento da população e facilitando o escoamento da produção;
- (vi) esforço governamental para a conclusão da Transnordestina, o que vai reduzir os custos do transporte da produção agrícola;

### **3.7.2. Transportes**

Para melhorar a questão do transporte no Estado do Piauí, o Governo Valter Alencar propõe:

- (i) ampliação da rede de ônibus, melhorando a integração com os outros modais;
- (ii) legalização do transporte alternativo, ampliando e integrando-o ao sistema de transporte primário;
- (iii) aumento de ciclovias e estímulo a formas alternativas de locomoção, como bicicletas;
- (iv) reorganização do trânsito e estudo viário para otimização do sistema de transporte;
- (v) auditoria sobre contratos e práticas do DETRAN e combate à indústria das multas, com revisão de limites de velocidade e transparência e informatização dos processos administrativos de recursos de multas;
- (vi) estudo de viabilidade para construção de uma malha metroviária e investimento em outras formas de locomoção que gerem bem-estar e reduzam o tempo do cidadão piauiense, como a expansão do metrô interligando os principais bairros que abrigam as maiores populações.

### **3.7.3. Minas e Energia**

Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Piauí é o segundo estado do Nordeste em incidência de minérios, perdendo apenas para a Bahia. Entre os diversos minerais se destacam o ferro, o níquel, diamantes, calcário, opala e argila. A jazida de níquel, localizada na cidade de Capitão Gervásio Oliveira, é explorada atualmente pela Companhia Vale do Rio Doce. E no extremo sul do estado, na cidade de

Gilbués, temos a jazida de diamantes já explorada de forma industrial. O diamante do Piauí é considerado de excelente qualidade, inclusive certificado pelo próprio DNPM e pelo Kimberley, órgão de certificação das Nações Unidas que atesta origem e legalidade. Na região norte temos as minas de opala, também em exploração.

Quanto à energia limpa, temos um enorme potencial para desenvolvimento dos projetos de energia eólica e solar.

O Governo Valter Alencar investirá nesse potencial, subsidiando e ampliando projetos de geração de energia limpa, desburocratizando a exploração mineral e investindo na logística de escoamento.

#### **3.7.4. Habitação**

O déficit habitacional do Piauí, de 156 mil casas, é o quarto maior do Brasil e a estimativa é de que a cada ano cerca de 9,5 mil pessoas precisem de casas para morar no estado. A inexistência de políticas habitacionais é responsável por essa demanda crescente. Diante dessa realidade, o governo Valter Alencar vai ampliar a parceria com o Governo Federal para a construção de casas populares, valorizando dessa forma a Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí - ADH.

O Governo Valter Alencar terá como prioridade a legalização fundiária de imóveis, de forma que possam ser oficialmente incorporados ao patrimônio dos seus donos. Este projeto será efetivamente tirado do papel, priorizando as áreas urbanas e rurais minimizando esses conflitos, fiscalizando atividades dos cartórios, operacionalizando agilização dos processos em definitivo e requerendo o aumento das varas agrárias no Estado.

#### **3.7.5. Saneamento Básico**

O Estado do Piauí apresenta o segundo pior desempenho em saneamento básico do Brasil. Segundo pesquisa da Fundação Abrinq, 91,7% da população não tem rede de esgoto, o que representa o triplo da média nacional, que é de 34,7%. Nesse cenário caótico, apenas 20 dos 224 municípios do estado possuem algum sistema de esgotamento sanitário. A capital, Teresina, tem somente uma cobertura de 19,12% de rede de esgoto nos domicílios.

Nossa proposta para o saneamento envolve grandes investimentos no setor a partir de Parcerias Público-Privadas com desburocratização do setor e abertura do mercado para competidores em áreas específicas e parceria com municípios para organização estadual da rede, ainda que a maior parte das competências para gestão do setor esteja em âmbito municipal.

#### **3.7.6. Tecnologia da Informação**

Será feito um estudo de reformulação das funções e prioridades da Agência de Tecnologia de Informação-ATI, utilizando sua capacidade ociosa para prestação externa de produtos e serviços em todo o estado, com a finalidade de tornar a empresa financeiramente autossustentável.

### **3.8. SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Na gravíssima crise econômica em que o Estado do Piauí vive, com dependência de empréstimos, é necessário equilibrar urgentemente as contas do Governo e enxugar a máquina pública, para que o Estado do Piauí volte a se desenvolver com rapidez, estabilidade e sustentabilidade.

Para que o Piauí se recupere dos mais de doze anos de atraso é necessário que o governo gere confiança nos investidores, através de uma gestão responsável e moralizadora, que promova segurança jurídica, segurança policial e segurança institucional. Devemos gerar um ambiente de livre-mercado onde o empresariado tenha acesso a regularização de propriedade de maneira desburocratizada, insumos e produtos de fácil acesso, mão de obra qualificada e obtenção de crédito e capital baratos.

Esse será o objetivo da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico: fazer o ambiente de negócios do Estado do Piauí atrativo, seguro e desburocratizado, para que os investimentos ocorram de maneira diversificada, na condução da iniciativa privada, ao invés da condução governamental, tal como ocorreu nos últimos 12 anos.

Para que possamos promover esse livre-mercado e o aumento da produtividade da economia piauiense, o Governo Valter Alencar promoverá as seguintes medidas:

- (i) criar uma força-tarefa da desburocratização, para analisar toda a legislação piauiense em busca de leis inúteis, redundantes ou encarecedoras da atividade empresarial e propor junto à ALEPI a sua revogação ou alteração;
- (ii) promover seminários e cursos para capacitação dos cidadãos piauienses ao empreendedorismo e geração de empregos;
- (iii) simplificar e reduzir processos burocráticos junto ao Governo do Estado na hora de legalizar empresas, quando não for possível simplesmente eliminar a burocracia em questão, em especial no que tange à JUCEPI;
- (iv) criar em parceria com o Governo Federal e as prefeituras, um “Centro do Empreendedorismo e Cidadania” em cada município do Estado, onde os empreendedores e cidadãos poderão requerer documentos e licenças para si próprio como pessoa física e para pessoas jurídicas com agilidade;

- (v) foco na ampliação do acesso ao crédito para micro e pequenos empresários;
- (vi) demais ações em defesa de um Piauí desburocratizado, próspero e livre.

### **3.8.1. Agência de Fomento**

A criação da Agência de Fomento terá por objetivo representar um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento regional, viabilizando projetos e investimentos capazes de tornar as empresas mais competitivas, com impacto direto na geração de novos postos de trabalho e na arrecadação de impostos.

### **3.8.2. Procon**

Estaremos promovendo total apoio ao sistema Procon em todo o Estado do Piauí, com um esforço especial na integração de toda a rede e uso da internet como plataforma preferencial de denúncias e resolução de conflitos.

### **3.8.3. Trabalho**

Segundo o IBGE, foram quase 200 mil desempregados no ano passado em todo o Piauí. O Piauí está entre os 10 estados do Brasil com maior taxa de desemprego.

O Governo Valter Alencar priorizará a criação de oportunidades de trabalho e geração de renda para todos, através das seguintes medidas:

- (i) assegurar o emprego com carteira assinada, facilitado a entrada do jovem no mercado de trabalho;
- (ii) apoiar e incentivar o empreendedorismo, em especial entre jovens e mulheres;
- (iii) evitar que as indústrias já instaladas no Piauí migrem para outros estados e atrair indústrias através de incentivos fiscais, identificando regiões e setores específicos para cada investimento.

Além da manutenção dos programas já existentes, será lançado um programa especial para os jovens do Estado do Piauí. O “Programa Resgate da Cidadania” fornecerá bolsas de estudo aos jovens em situação de risco, atreladas à recuperação escolar do jovem e, principalmente, à sua formação profissionalizante a ser prestada pela própria rede de ensino.

Da mesma forma, todo o esforço de assistência social realizado pela Secretaria responsável buscará também qualificar o assistido para o mercado de trabalho, de forma abrangente e inclusiva, garantindo a todos o treinamento necessário e adaptado às suas circunstâncias peculiares.

Por fim, destaca-se que o retorno da estabilidade econômica certamente resultará na criação de milhares de postos de trabalho, a serem divulgados e preenchidos com ajuda do órgão público responsável e do setor privado, engajado neste projeto de mudança.

#### **3.8.4. Indústria e Serviços**

Vamos priorizar os **3 IS** fundamentais para o desenvolvimento: **Inovação, Investimento e Isenção.**

O Piauí tem potencial para expandir sua atividade industrial e de serviços. Isto será feito pelo Governo Valter Alencar através das seguintes medidas:

- (i) desenvolvimento de um programa de industrialização com foco nas potencialidades de cada região, melhorando a renda per-capta e aumentando a oferta de empregos;
- (ii) incentivo à empresa familiar e ao pequeno e médio empresário, facilitando o acesso ao crédito;
- (iii) revisão da política tributária atual;
- (iv) investimento maciço na infraestrutura de escoamento de produção, principalmente através de obras e reformas, seja através do poder público, da iniciativa privada ou por PPPS, de meios de transporte, aeroportos, rodovias e ferrovias;
- (v) demais ações em defesa do pleno desenvolvimento da indústria e do comércio de bens e serviços no Estado do Piauí.

#### **3.8.6. Turismo**

O Piauí tem um grande potencial turístico, com suas belezas naturais, históricas e culturais, entretanto este potencial está subdesenvolvido e precisa de estrutura e investimento. É necessário incentivar a indústria do turismo para alavancar a economia e gerar empregos.

Com grandes potenciais turísticos, o Piauí ainda trata o turismo de forma amadora e descoordenada. Não gerando um fluxo contínuo e permanente que propicie um desenvolvimento autossustentável e perene nas distintas regiões do Estado.

É inaceitável que o Parque Nacional da Serra da Capivara, um patrimônio da humanidade, tenha a redução do número de visitantes, de mais de 60% a cada ano. Em 2016 foram 25.000 turistas, e em 2017, apenas 16.000.

Para que possamos ampliar o potencial turístico do nosso Estado, propomos as seguintes medidas:

- (i) garantir a infraestrutura básica nos potenciais turísticos do Estado, facilitando o acesso por estradas de qualidade e viabilizando a operação de aeroportos, como o de São Raimundo Nonato, onde fica o Parque Nacional da Serra da Capivara;
- (ii) investimento em qualificação profissional no setor de serviços do Piauí, em especial o ensino de línguas, em parceria público-privada, com cursos de idiomas preferencialmente online, e também em parceria com o sistema “S”;
- (iii) implantar ensino médio bilíngue, com horário integral, principalmente em municípios de grande potencial turístico;
- (iv) implementação de Áreas Especiais de Interesse Turístico, com grande gama de informação virtual para melhor aproveitamento do turista;
- (v) criação de calendário permanente de turismo gastronômico, cultural e de negócios;
- (vi) maximizar as potencialidades turísticas de cada microrregião através de investimentos em parcerias público privadas ou apenas privadas com apoio público;
- (vii) concessão de áreas públicas para ecoturismo sustentável, nos termos da legislação ambiental vigente.

### **3.9. SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

O Piauí teve investimentos neste setor, entretanto, mal utilizados. Para reverter esse quadro é preciso estabelecer uma gestão multidisciplinar, articulando todas as áreas. Por este motivo, o governo Valter Alencar está agregando numa mesma secretaria, as áreas de desenvolvimento social e direitos humanos, unindo as políticas assistenciais com trabalhos específicos com minorias carentes ou socialmente fragilizadas, além da pasta de esportes e lazer.

Iremos estabelecer e ampliar programas sociais que garantam auxílio à população impactada pela crise econômica, assim como garantiremos a assistência adequada à população em situação de rua.

É também meta do governo Valter Alencar, garantir políticas que avancem na proteção aos direitos das mulheres, consolidando oportunidades equitativas independentemente de cor, credo, sexo, raça ou condição social. Enfatizando também o diálogo com os jovens para atender suas demandas.

Para atingir esse objetivo, o Governo Valter Alencar propõe as seguintes medidas:

- (i) reativação e ampliação dos Restaurantes Populares;
- (ii) manter e complementar o Bolsa-Família para famílias em situação de extrema pobreza, mas com porta de saída através de programas de capacitação para retorno ao mercado de trabalho, bem como vinculação à presença contínua de crianças e adolescentes nas escolas;
- (iii) criar um programa de assistência às vítimas da violência no Piauí, em especial às vítimas de violência sexual e lesões corporais graves; bem como assistência psicológica aos familiares de vítimas de crimes violentos;
- (iv) reforçar os programas de prevenção à violência contra a mulher, bem como garantir adequada assistência às vítimas; promovendo a adequação dos serviços de saúde às mulheres vítimas de violência;
- (v) ampliar e estruturar a rede de Delegacias da Mulher e treinar adequadamente as demais delegacias para o atendimento adequado e encaminhamento correto;
- (vi) promover políticas de combate ao assédio moral e sexual nos espaços públicos e privados;
- (vii) promover ações de Esportes e Cultura voltadas à juventude;
- (viii) reestruturar e ampliar a rede de acolhimento de crianças em situação de rua no Piauí e promover políticas voltadas a esse público em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Regional de Assistência Social e o Conselho Regional de Psicologia;
- (ix) promover e fortalecer os Conselhos Tutelares, capacitando seus quadros e viabilizando um adequado suporte técnico e logístico para a atuação dos Conselheiros nas diversas regiões e municípios do Estado;



- (x) apoio às políticas de valorização de idosos, com expansão de programas de exercícios e “academias da terceira idade” em parques públicos, além de programas de prevenção a doenças;
- (xi) especial atenção aos portadores de necessidades especiais, com políticas públicas de promoção à acessibilidade e emprego, além da concessão de apoio assistencial em casos de extrema gravidade, sem prejuízo do tratamento devido via SUS.

### **3.9.1. Esporte e Lazer**

O Piauí tem potencial para o desenvolvimento das atividades esportivas, mas sofre de uma carência absoluta de projetos e investimentos em infraestrutura para este fim.

Para mudar este quadro, o governo Valter Alencar adotará as seguintes políticas:

- (i) fortalecimento da parceria do Governo do Estado com federações desportivas e clubes;
- (ii) apoio e subsídio a iniciativas individuais junto à população para ações e projetos que estimulem o esporte e o lazer, facilitando o uso de espaços e aparelhos públicos de prática desportiva, além de eventual aporte financeiro para bolsas e patrocínios para atletas e entidades, em especial no desporto olímpico e paraolímpico;
- (iii) ampliação e melhoria dos aparelhos desportivos e lazer públicos do Estado, buscando, através de Parcerias Público-Privadas, reestruturar e melhorar a qualidade e limpeza do espaço compartilhado ao público;
- (iv) outras medidas que visem valorizar a prática desportiva e qualifiquem o lazer do cidadão piauiense, estimulando o jovem a se integrar ao esporte.

### **3.10. SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

Objetivando administrar as atividades econômicas que possam gerar impacto ambiental, e permitir o desenvolvimento da economia sem agredir o meio ambiente, o governo Valter Alencar tomará as seguintes providências:

- (i) estabelecer um sistema privado eficiente e justo de direitos sobre recursos naturais, gerando sustentabilidade no seu uso;
- (ii) investimento em formas de exploração econômica dos recursos naturais que não agredam o meio-ambiente;

- (iii) investimento na proteção, preservação e defesa do meio-ambiente sob responsabilidade do Estado;
- (iv) buscar meios de premiar economicamente a compensação ambiental praticada pelo setor privado e incentivar a substituição das tecnologias poluentes através da abertura de crédito de fácil acesso;
- (v) ter o processo analisado e as licenças ambientais emitidas em até 45 dias como meta ideal;
- (vi) tornar todo o processo de licenciamento no Estado do Piauí automatizado para tomada de decisão;
- (vii) implantar, em parceria com os municípios, os sistemas para que as tomadas de decisão sejam usadas a fim de darem celeridade ao processo de emissão de licenças ambientais;
- (viii) dar celeridade às análises de aspectos cartoriais do trâmite ambiental;
- (ix) geração de consórcios entre municípios limítrofes para construção de aterros sanitários;
- (x) priorizar as soluções do tratamento dos resíduos sólidos para geração de energia, através de usinas específicas a serem construídas e geridas de maneira privada ou por PPPS;
- (xi) investimento na utilização de “água de reuso” em diversos campos da atividade econômica que não envolvam consumo humano;
- (xii) demais ações em defesa do uso sustentável dos recursos naturais e de proteção ao meio ambiente

### **3.11. SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL**

É compromisso do Governo Valter Alencar investir neste setor através da melhoria da estrutura física e material da Secretaria e dos Batalhões em todo o Estado, garantindo a melhor qualidade na execução e prestação do serviço público.

Além disso, haverá especial atenção no investimento em tecnologia para prevenção de desastres naturais, principalmente em relação às chuvas que repetidamente vêm causando grandes tragédias nas regiões das barragens. Para isso, é necessária a elaboração de um projeto de parceria com as prefeituras em torno de uma fiscalização ativa contra as construções irregulares e desprovidas de segurança.

O Piauí, como outros estados do Nordeste, é acometido por longos períodos de estiagem e não há um planejamento governamental para resolver o problema na causa.

Para viabilizar a sobrevivência do homem no seu local de origem e promover o desenvolvimento econômico das regiões com enorme carência de abastecimento d'água, construiremos novas barragens e adutoras.

### **3.12. PGE, DPGE E CGE**

A Procuradoria Geral do Estado terá total independência para atuar em suas funções, para que possam agir sempre com o objetivo de defender o interesse público e não o interesse da administração governamental.

A Defensoria Pública do Estado do Piauí terá seu papel valorizado com estrutura e autonomia para realização da sua importante função social de garantia da proteção dos direitos dos cidadãos piauienses, que não podem arcar com os custos da advocacia privada.

Após a criação da Controladoria Geral do Estado, o Piauí ganhou um importante instrumento de controle, auditoria, ouvidoria, transparência e combate à corrupção. A CGE terá papel fundamental na execução de um programa anticorrupção a ser implementado pelo Governo Valter Alencar e a CGE será estruturada para que não falte recursos na execução do trabalho. A destinação de recursos para a CGE é vista como investimento pelo Governo Valter Alencar, de forma que o Estado deixe de perder os milhões de reais em recursos através dos dutos de corrupção.

## **4. CONCLUSÃO**

Quando não se oferece à população direitos básicos de qualidade como a saúde, educação e a segurança, não se garante dignidade e nem cidadania em sua plenitude. A liberdade pressupõe a capacidade de discernimento e produtividade, portanto uma sociedade só evolui e deixa de depender de “favores” quando tem educação e trabalho. Este é o cerne do Liberalismo Econômico, pauta das propostas de governo do Partido Social Cristão (PSC). Para o PSC, o Estado deve exercer um papel gerenciador, fiscalizador e deve fomentar o mercado e a livre iniciativa. A sociedade, instruída e capacitada, produz, gera riqueza e renda, criando um ambiente com maiores oportunidades e prosperidade para todos.

Precisamos urgentemente de uma mudança de gestão pública fundamentada em propósitos éticos e competência técnica, estabelecendo como regra a meritocracia. A redução da máquina pública substituindo os “apadrinhados” por funcionários de carreira qualificados e produtivos. Esta mudança não se faz sem vontade política e por isso deve ser conduzida com firmeza e seriedade, sem amarras e conchavos.

Nossa população está descrente quanto a possibilidade de mudança, mas devemos ter fé e lutar por uma renovação política que promova uma sociedade mais justa e igualitária.

Vamos começar já a mudança do Piauí. Com determinação e trabalho árduo construiremos o Piauí do desenvolvimento, sem roubar e sem deixar roubar.

**DIA 07 DE OUTUBRO, VALTER ALENCAR PARA GOVERNADOR - PSC 20!**